

PAÍSES DE INDUSTRIALIZAÇÃO RECENTE E SUBDESENVOLVIMENTO: UM DIÁLOGO ENTRE OS PENSAMENTOS DE CELSO FURTADO E HA-JOON CHANG

COUNTRIES OF RECENT INDUSTRIALIZATION AND SUBDESENVOLVEMENT: A DIALOGUE BETWEEN THE THOUGHTS OF CELSO FURTADO AND HA-JOON CHANG

Simone Rui Martins da Cruz¹

Resumo: As discussões em torno dos caminhos para o desenvolvimento são, tradicionalmente, orientadas a partir do ponto de vista de países desenvolvidos e na maioria das vezes não atende às necessidades reais dos países de industrialização recente. É neste sentido que este artigo pretende discutir dois autores de enorme contribuição às teorias do desenvolvimento a partir da perspectiva de países de industrialização recente. O primeiro deles é Celso Furtado, um dos economistas de maior renome na história da economia brasileira, pioneiro em suas proposições desenvolvimentistas nacionalistas e de grande contribuição para o desenvolvimento do pensamento econômico latino-americano. O segundo autor é Ha-Joon Chang, autor sul coreano contemporâneo que também aborda o desenvolvimento a partir do ponto de vista dos países de industrialização recente, critica rigorosamente o neoliberalismo e o livre mercado, além de defender o sistema econômico industrial como resposta para a superação do subdesenvolvimento. Ambos autores possuem muitos pontos em comum e, proporcionar o diálogo entre o pensamento deles é o objetivo central deste artigo. Ao estabelecer um paralelo entre Chang e Furtado, pudemos perceber que é possível a países de industrialização recente alcançar o desenvolvimento econômico desejado, mas que ele não poderá ser alcançado através dos meios neoliberais incentivados por países desenvolvidos.

Palavras-chave: Celso Furtado; Ha-Joon Chang; Subdesenvolvimento; Países de industrialização recente.

Abstract: Discussions about the paths to development are traditionally oriented from the point of view of developed countries and most often do not meet the real needs of countries of recent industrialization. It is in this sense that this article in tends to discuss two author so enormous contribution to development the theories from the perspectives of countries of recent industrialization. The first of thesis Celso Furtado, one of the most renowned economists in the history of the Brazilian economy, a pioneer in his nationalistic development list propositions and of great contribution to the development of Latin American economic thought. The second authors Ha-Joon Chang, a contemporary author who also approaches development from the point of view of the countries of recent industrialization, rigorously criticizes neoliberalism and the free market, and defends the industrial economic system as a response to overcoming the under development. Both authors have many points in common and providing the dialogue between the thinking of the set wo authors is the central goal of this article. By establishing a parallel between Chang and Furtado, we can see that it is possible for countries of recent industrialization to achieve the desired economic development, but that it cannot be achieved through neoliberal mean encouraged by developed countries.

Keywords: Celso Furtado; Ha-Joon Chang; Underdevelopment; Countries of recent industrialization.

INTRODUÇÃO

Celso Furtado é considerado um dos maiores economistas brasileiros, muitos autores ainda o consideram como um dos pioneiros na corrente desenvolvimentista brasileira de tendências nacionalistas. Teve muito sucesso em conciliar o desenvolvimento do pensamento

¹ UNESP-Marília. E mail: simoneruimartins@gmail.com

teórico com a aplicação prática. Além de um estruturalista, Furtado também foi um keynesiano atípico, pois entendia que às economias dos países subdesenvolvidos, geralmente não se cabia aplicar a macroeconomia keynesiana da mesma forma como se fazia em economias avançadas onde predominam problemáticas anticíclicas.

Graduado em Direito pela Universidade do Brasil em 1944 e logo em seguida passou a fazer parte do quadro técnico do Dasp; fez Doutorado em Economia em Paris entre 1946-1948; a partir de 1949 foi transferido para a Cepal, onde trabalhou na elaboração das teses cepalinas sob a liderança de Raul Prebisch; entre 1954-1955, chefiou o grupo misto Cepal-BNDE onde elaborou um estudo de apoio a um programa de desenvolvimento para o período de 1955-1962; entre 1957-1958, lançou propostas para a conformação da Sudene, chefiando-a entre 1959-1962 em Recife.

O referencial teórico de Furtado é bastante eclético, sofrendo influências tanto neoclássicas, quanto keynesianas e marxistas, mas segundo Francisco de Oliveira (2003), Furtado trata essas influências com muito refinamento a partir de uma nova globalidade, garantindo originalidade à sua obra. Seu trabalho aborda as necessidades especiais dos países de industrialização recente quanto ao tema do desenvolvimento econômico, utilizando-se de argumentos históricos para provar que o subdesenvolvimento não consiste em um caminho para o desenvolvimento, mas em uma consequência do enriquecimento dos países ricos e uma fase pela qual estes, não necessariamente, passaram em seu processo de amadurecimento econômico.

Celso Furtado foi um autor que alcançou papel de destaque entre os economistas brasileiros não apenas por sua determinação em compreender as causas do subdesenvolvimento brasileiro e latino-americano, como também por obter êxito em conciliar teoria e prática no exercício de cargos públicos.

De forma semelhante a Furtado, um autor contemporâneo merece destaque por seu trabalho em questionar o modelo de desenvolvimento que vem sendo disseminado nos últimos trinta anos: Ha-Joon Chang, um economista sul coreano que considera o modelo de livre comércio um fracasso no que tange ao cumprimento de sua promessa de desenvolvimento para todos os países e que o subdesenvolvimento crônico dos países de industrialização recente é resultado de uma relação de dominação em relação aos países desenvolvidos, possui muitos pontos em comum à abordagem de Furtado em seu discurso.

Ha-Joon Chang é especialista em Economia do Desenvolvimento e é atualmente professor da Universidade de Cambridge, onde também lecionou John Keynes em sua época, consiste em um autor heterodoxo que repudia as orientações teóricas tradicionais que defendem o livre mercado, distanciando-se assim dos conceitos que sustentam o neoliberalismo.

Em sua carreira, Chang já recebeu prêmios de reconhecimento à qualidade de sua crítica ao neoliberalismo, em 2005, recebeu o Prêmio Wassily Leontief por “expandir as fronteiras do pensamento econômico”; sua obra *Kicking Away the Ladder: Development Strategy in Historical Perspective* (2002), recebeu o Prêmio Gunnar Myrdal, em 2003, entre outras honras e homenagens. O autor foi também consultor de diversas organizações internacionais como a ONU (Wider, Unctad, Unido e UNDP), Banco Mundial e *Asian Development Bank*.

Como economista político, Chang também se utiliza de argumentos históricos para

embasar seus argumentos. Acredita que a política e economia industrial sejam a resposta para que países de industrialização recente se desenvolvam, uma vez que, segundo demonstrado por ele nas obras que se seguirão na exposição deste trabalho, os países atualmente ricos se basearam nessas políticas industriais durante seu período de desenvolvimento econômico e continuam a utilizá-las disfarçadamente em suas práticas econômicas atuais, enquanto tentam convencer países de industrialização recente que o verdadeiro caminho para o desenvolvimento é o livre mercado(CHANG, 2013b).

Tidas essas considerações gerais, temos como objeto central deste artigo, traçar um paralelo entre o pensamento de Celso Furtado e de Ha-Joon Chang no intuito de encontrar novos caminhos para que a discussão sobre o problema do desenvolvimento continue sendo prioridade na academia brasileira e latino-americana.

O PENSAMENTO DE CELSO FURTADO E SEU PAPEL NA CONSTRUÇÃO DO PENSAMENTO ECONÔMICO DA AMÉRICA LATINA

Celso Furtado foi um dos autores mais influentes de sua época e sua originalidade mereceu destaque por trazer para o Brasil a crítica da Cepal em relação à teoria neoclássica e à teoria das vantagens comparativas do comércio internacional. O autor também desenvolveu ao longo de sua obra uma crítica ao subdesenvolvimento brasileiro na forma do modelo primário-exportador, além disso, para Furtado, a saída para o subdesenvolvimento se encontra no planejamento econômico e na industrialização por meio da substituição de importações (MENDONÇA, 2010).

Rosângela Vieira (2010) enfatiza o caráter historiográfico de Furtado e conclui que para o autor, as raízes e obstáculos do subdesenvolvimento brasileiro podem ser encontrados em nossa formação histórica.

A compreensão do uso que Furtado faz do conhecimento histórico como argumento para justificar suas propostas explica, em certa medida, a ausência de fontes primárias e bibliografia mais específica em seu estudo. Furtado não é um historiador, não em *stricto sensu*. Aliás, ele mesmo alertou, na apresentação deste livro [...] que não faria a “reconstituição dos eventos históricos” (FURTADO, 1997, p.2). Entretanto, devido à intensa utilização de argumentos históricos em suas obras, ele é identificado muitas vezes como “historiador econômico” (VIEIRA, 2010, p.46).

A teoria do subdesenvolvimento nasce para que Furtado possa explicar sua tese de que o subdesenvolvimento surge em nações politicamente independentes que haviam se instituído como extensões da expansão mercantilista do capitalismo europeu. Segundo Oliveira (2003), essa teoria ganha fôlego no pós-segunda guerra, devido ao grande movimento de descolonização, que acabou por trazer à tona problemas sobre os quais as teorias clássicas não davam conta de explicar. A partir de então a teorização cepalina ganha a oportunidade de responder aos desafios originados desse processo.

Essa teoria nasce na América Latina quando as principais economias locais (Brasil, México, Chile, Argentina, Uruguai, Venezuela e Colômbia), após a crise de 1930

somando-se os problemas do pós-guerra, se deparam com uma nova divisão internacional do trabalho. Segundo Oliveira (2003, p.45):

A teoria do subdesenvolvimento vai nascer como um desafio dessas economias que haviam resistido de forma diferente à crise dos anos 1930. Em outras palavras, elas tinham procurado se industrializar, sair da crise do período não voltando ou permanecendo na velha divisão internacional do trabalho [...], mas avançando no sentido da industrialização.

Segundo Bielschowsky, a obra de Furtado, até 1964, foi um exercício de refinamento, aplicação e divulgação do pensamento estruturalista.

[...] um propósito básico e também uma função efetiva desse trabalho foi consolidar, entre os desenvolvimentistas nacionalistas brasileiros, um entendimento minimamente homogêneo da problemática do subdesenvolvimento do país, equiparando-os com arma teórica para combater as análises de propostas das correntes adversárias (BIELSCHOWISKY, 2000, p.133).

Para Bielschowsky (2000), sua posição como economista mais representativo entre os desenvolvimentistas nacionalistas, deveu-se também ao fato de sua obra ser composta por três características que singularizam o conteúdo político do pensamento econômico dessa corrente: a) defesa da liderança do Estado na promoção do desenvolvimento mediante investimento em setores estratégicos, principalmente no planejamento econômico; b) defesa estruturalista da submissão da política monetária e cambial à política de desenvolvimento, se opondo claramente aos programas de estabilização preconizados pelo FMI; c) compromisso com reformas de cunho social (distribuição de terra, renda, legislação tributária...).

O autor ainda alerta para o fato de que assim como qualquer outra ideologia esta, também não está livre de antagonismos de classe e de interesses que não foram explicados ou simplesmente ficaram submergidos no interesse maior. Dessa forma, os interesses das classes trabalhadoras não ganharam espaço na construção teórica de Furtado e da Cepal. Para Oliveira (2003), a teoria do subdesenvolvimento de Furtado não foi construída com o interesse de dar suporte a essas classes, de forma que sua teorização para a ação opera para submeter os interesses de outras classes sociais aos interesses maiores das classes sociais predominantes. Esses aspectos ao mesmo tempo que demonstram a força da teoria, também expressam sua maior fraqueza.

Furtado ganha proeminência no conjunto dos pensadores sociais brasileiros por juntar teoria e prática, doutrina e proposição; por outro lado, sua teorização era contemporânea dos processos que teorizava, realimentando-se, calibrando-se por eles. E não porque ele pessoalmente fosse um servo da classe dominante – uma injustiça desleal que lhe poderia ser imputada – mas porque ocorre precisamente no momento em que frações de classe dominante estão em conflito com os capitais estrangeiros, ele transformou-se em uma espécie de ‘criador’ do Brasil, de suas mãos nascendo o pensamento sobre o Brasil moderno, o que é uma enorme responsabilidade. [...]. Todo mundo que pensou o Brasil depois de Furtado pensou-o à sua maneira: ainda hoje, vinte anos depois do golpe de 1964, vinte anos depois da provisória derrota do populismo, vê-se na discussão sobre a economia brasileira – que é radicalmente diferente da economia

dos anos 1960 – os postulados cepalinos e furtadianos orientando de novo o debate. Pensa-se em autonomia nacional, pensa-se em defesa do mercado para proteger a indústria da informática, pensa-se em política industrial no sentido de tornar o país autossuficiente, mesmo na discussão da dívida externa, que é colocada sempre como se fossem os banqueiros internacionais contra o Brasil, é a visão nacionalista dos anos 1950 que preside o debate. É a rigor, um debate presidido por fantasmas; posto que as condições sociais que presidiram a gênese da teoria furtadiano-cepalina não mais existem (OLIVEIRA, 2003, p.48).

O desenvolvimento na teorização de Furtado não é posto como um processo de luta social, de luta de classes ou como um processo conflitivo, mas sim pensado de acordo com os interesses exclusivos de escala nacional. Para Oliveira (2003) essa é uma falha teórica que cobra altas penalidades em termos sociais e teóricos. O autor ainda aponta que falta uma teoria da acumulação na base teórica cepalino-furtadiana, mas alerta para que esta não seja confundida com a formação do capital. Apesar disso, o autor considera que a construção teórica de Furtado e da Cepal é a mais original e a mais rica contribuição em ciências sociais que se produziu na América Latina e sobretudo no Brasil.

O pressuposto é que o subdesenvolvimento não é apenas uma etapa de um processo linear e evolucionista de crescimento pelo qual passarão as economias subdesenvolvidas até chegarem a ser economias capitalistas desenvolvidas. Isto que é tão simples de afirmar, é em si mesmo uma inovação teórica radical: o subdesenvolvimento é uma produção histórica do capitalismo, uma espécie de ‘ovo de Colombo’, tão óbvio para nós hoje (OLIVEIRA, 2003, pp.42-43).

Segundo Mallorquin (2010), Furtado tenta ao mesmo tempo desvendar noções convencionais da economia e construir uma perspectiva teórica que possibilite a incorporação das economias da América Latina, rejeitando instrumentos convencionais de análise e expondo a necessidade de ampliação dos quadros de construção teórica para que cada vez mais especialidades relacionadas ao subdesenvolvimento sejam abordadas nas teorias econômicas.

A importância de Celso Furtado para o desenvolvimento do pensamento teórico brasileiro e sua contribuição para a compreensão do subdesenvolvimento a partir do ponto de vista dos países de industrialização recente é inegável. No entanto, apesar de suas inúmeras obras, utilizaremos para o fim deste artigo a obra *Teoria e Política do Desenvolvimento Econômico*, publicada em 2000, para que possamos fazer uma análise mais detalhada do seu pensamento e de seu ponto de vista em relação ao subdesenvolvimento.

TEORIA E POLÍTICA DO DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO

Furtado busca por meio de argumentos históricos demonstrar como ocorreu a formação das economias capitalistas desenvolvidas de modo a expor os processos necessários para que as economias evoluíssem e adquirissem a conformação atual. O autor busca, com isso, demonstrar que o desenvolvimento econômico não é um processo natural e que o subdesenvolvimento não é uma fase pela qual todos os países passaram ou passarão para que

ao fim alcancem o pleno desenvolvimento. Furtado argumenta que os países desenvolvidos da Europa desenvolveram suas economias de maneira distinta da forma como os atuais países de industrialização recente lidam com seus problemas econômicos, em outras palavras, os países desenvolvidos não passaram por um período de subdesenvolvimento e que este estado de economia característico dos países periféricos é na verdade uma consequência do desenvolvimento econômico dos países centrais.

Segundo Furtado (2000), com a extensão do processo de industrialização aos principais países da Europa durante a segunda metade do séc. XX, o desenvolvimento passou a ser considerado como parte da ordem natural das coisas. Assim, os historiadores econômicos continuaram a reunir informações a respeito da evolução dos modos de produção, transformação das instituições que constituem o quadro da vida econômica e outros aspectos da vida social. Entretanto, aos economistas interessava apenas descobrir as regras de funcionamento da economia de mercado. E foram justamente os problemas relacionados aos países de industrialização recente que despertaram o interesse por estudos em bases históricas com o intuito de explicar as causas da riqueza e da pobreza.

O autor argumenta que o processo de desenvolvimento de comunidades pré-industriais se motiva primeiramente mediante a fatores exógenos responsáveis pela criação ocasional ou permanente de excedente de produção. Em seguida, é necessário que esse excedente seja apropriado por grupos minoritários, gerando acumulação. Isso leva essas minorias a elevar seu padrão de consumo, o que desperta a necessidade de intercâmbio com outras comunidades para que se realizem trocas de mercadorias. Esse intercâmbio possibilita a especialização gráfica e a maior divisão do trabalho, o que faz com que se aumente ainda mais a produtividade nas comunidades participantes. Esse intercâmbio entre comunidades possibilita a acumulação de riquezas e com isso surge a possibilidade de incorporar ao processo produtivo os recursos acumulados pelos comerciantes, uma vez que era assim que os intermediários podiam aumentar a corrente de comércio, conseqüentemente aumentando sua renda (FURTADO, 2000). Existe uma profunda dependência entre a evolução técnica dos países industrializados e as condições históricas em que se realizou seu desenvolvimento.

Essa técnica, na forma em que se apresenta hoje incorporada nos equipamentos industriais, resulta, portanto, de um lento processo de decantação, no qual influíram de maneira fundamental condições específicas de algumas nações, sobretudo da Inglaterra e dos EUA, que sob vários pontos de vista constituíram um só sistema econômico durante grande parte do século XIX. Dessa forma, a orientação mesma que assumiu o progresso técnico, assim como o perfil da procura global com seu desdobramento estratégico em procura de bens de consumo e investimentos, bem como seus reflexos na estrutura do aparelho produtivo, nos atuais países industrializados de livre-empresa, são resultantes de determinado processo histórico. A transposição desses elementos para outro contexto histórico faz surgir uma nova problemática, que será distinta conforme a transposição se faça sob a orientação de decisões centralizadas (desenvolvimento socialista) ou se realize no quadro da livre-empresa. A teoria do subdesenvolvimento preocupa-se, principalmente, com os problemas surgidos da segunda forma de propagação da técnica moderna (FURTADO, 2000, p.186).

Dessa forma, o autor constata que o desenvolvimento consiste em um processo de modificação nas estruturas e em uma expansão do fluxo de renda real por unidade do fator trabalho. Para Furtado o surgimento de uma economia industrial na Europa no século XVIII foi responsável por condicionar o comportamento do mundo todo. E a ação deste núcleo de expansão se deu em três diferentes direções. A primeira linha de expansão de manifestou com o desenvolvimento da própria Europa Ocidental, quedesorganizou a economia artesanal pré-capitalista e de progressiva absorção dos fatores liberados, levando-os a um nível mais alto de produtividade.

A segunda linha de desenvolvimento da economia industrial europeia correspondeu ao deslocamento de mão-de-obra, capital e técnica para além de suas fronteiras para onde houvessem terras desocupadas e cujas características fossem semelhantes às europeias (EUA). Por sua vez a terceira linha foi em direção às áreas já ocupadas e de natureza pré-capitalista com uma estrutura sócio econômica dualista, característica que para Furtado é um fenômeno que está na origem do subdesenvolvimento.

Neste sentido, Furtado (2000) considera que o subdesenvolvimento é um processo histórico autônomo, e não uma etapa pela qual tenham obrigatoriamente passado as economias que já alcançaram grau superior de desenvolvimento.

Para o autor, a heterogeneidade natural que caracteriza países subdesenvolvidos tem causas na natureza econômica, mas são fatores de ordem tecnológica que a aprofundam, dão-lhe permanência e fazem com que o subdesenvolvimento se torne um processo que tende a autogerar-se. A exemplo disso, Furtado cita uma economia pré-capitalista em que se constitui um setor exportador de tipo agrícola. As formas de produção e o nível tecnológico podem permanecer sem modificações significativas. Assim, a elevação da produtividade é, no caso, um fenômeno da natureza estritamente econômica, cuja origem está nas vantagens comparativas que resultam da especialização. Em outras palavras, modificações na procura global provocam uma realocação de recursos que se traduz em elevação da produtividade média. Além disso, uma economia subdesenvolvida não deve ser considerada isoladamente do sistema de divisão internacional do trabalho em que está inserida, e que, em suas raízes, o subdesenvolvimento é um fenômeno de dominação, ou seja, de natureza cultural e política (FURTADO, 2000).

Na obra de Furtado, muitas vezes fica claro o alerta que o autor promove em seu discurso, quando argumenta que se nos limitarmos a observar a heterogeneidade técnica dos países subdesenvolvidos como um sistema isolado, a estrutura econômica subdesenvolvida pode ser descrita como um desequilíbrio dos fatores de produção, ou seja, como um desajustamento permanente entre oferta e procura de fatores decorrente de certa articulação entre o perfil da demanda e as formas das funções de produção que, além de traduzirem o horizonte de possibilidades técnicas, condicionam a distribuição de renda. Assim, a orientação da técnica reforça a tendência à concentração de renda nas economias subdesenvolvidas e cria obstáculos à difusão das inovações, contribuindo para reproduzir o desequilíbrio no nível dos fatores.

Furtado aponta também que o crescimento do fluxo de renda que acompanha o desenvolvimento, acaba promovendo a diversificação da procura e conseqüentemente aumenta a procura por produtos manufaturados. Nos países subdesenvolvidos é comum uma elasticidade-renda da procura de bens manufaturados ser muito superior à unidade. Em

razão dessa elasticidade-renda da procura de manufaturas, o desenvolvimento só se concretiza quando a oferta de produtos manufaturados aumenta mais rapidamente que a renda global da coletividade. É natural, dessa forma, que todo desenvolvimento assuma uma dessas duas formas: aumento relativo do setor externo, ou seja, elevação do coeficiente de comércio exterior; crescimento mais que proporcional da produção industrial destinada ao mercado interno. Nos países subdesenvolvidos a forma mais comum é a primeira, além disso, a industrialização substitutiva de importações se torna possível apenas em países subdesenvolvidos que conheceram uma primeira fase de industrialização induzida pela expansão de exportações primárias (FURTADO, 2000).

O desenvolvimento periférico, segundo Furtado (2000), consiste na diversificação (e ampliação) do consumo de uma minoria cujo estilo de vida é ditado pela evolução cultural dos países de alta produtividade e onde o desenvolvimento se apoiou no progresso tecnológico. O principal fator responsável por elevar a produtividade na economia periférica industrializada parece ser a diversificação dos padrões de consumo das minorias de altas rendas, sem que o processo tenha necessariamente repercussões nas condições de vida da maioria da população.

No entanto, não se deve ignorar o papel do Estado que, tanto mediante alocação de recursos captados, quanto pela forma como capta esses recursos, pode induzir modificações significativas no perfil da procura e na estrutura do próprio sistema produtivo.

Em poucas palavras, cabe ao processo de transplantação de modelos de consumo das economias ‘centrais’ para os subsistemas periféricos o papel determinante na elaboração dos recursos nesses últimos. Portanto, conclui-se que para Celso Furtado o subdesenvolvimento é a manifestação de complexas relações de dominação-dependência entre povos, e que tende a auto perpetuar-se de formas alternadas.

O PENSAMENTO DE HÁ-JOON CHANG E SUAS CONTRIBUIÇÕES À CRÍTICA AO NEOLIBERALISMO

Desde que as relações comerciais modernas se estabeleceram entre os países atualmente desenvolvidos e países de industrialização recente, fez-se constantemente presente a grande pressão exercida por parte das principais instituições internacionais que incentivam políticas de desenvolvimento e, notadamente, por parte dos países desenvolvidos, para que países de industrialização recente adotem, o quanto antes, o que Chang (2004) chama de “boas instituições” e “políticas boas” queteriam a finalidade de promover um maior desenvolvimento nesses países, estabelecendo condicionantes econômicos assim como condicionantes governamentais.

Nestesentido, “boas políticas” seriam as já estabelecidas pelo Consenso de Washington², baseadas em princípios neoliberais dentre as quais são estabelecidas políticas macroeconômicas restritivas, privatizações e desregulamentação de empresas, além da liberalização do comércio e dos investimentos internacionais. Partindo deste mesmo princípio, “instituições boas” são

² O Consenso de Washington caracteriza-se por defender uma maior liberalização financeira e comercial, uma maior estabilidade macroeconômica e a mínima intervenção estatal na economia. A criação do Consenso de Washington favoreceu o surgimento de regras no sistema multilateral sobre autonomia política e econômica interna dos Membros que[assim como Chang]Celli Junior alega terem dificultado, e muitas vezes proibido, a utilização de instrumentos responsáveis por favorecer a integração comercial estratégica de muitos países que hoje são considerados desenvolvidos (CELLI JUNIOR, 2009).

basicamente aquelas atualmente utilizadas em países desenvolvidos, mais especificamente, ligadas a países anglo-saxônicos. Dentre essas instituições estão o judiciário independente, a burocracia “boa”, a democracia, além da adoção de uma governança empresarial transparente e com claras orientações para o mercado (CHANG, 2004).

No entanto, Chang questiona, em sua obra, se o caminho que os países desenvolvidos tanto “incentivam” os países de industrialização recente a seguir, é o mesmo trilhado por eles próprios em sua fase de desenvolvimento, possibilitando com que atingissem o nível de desenvolvimento político e econômico que desfrutavam atualmente. A verdade é que, para Chang (2004), esses países atualmente desenvolvidos não teriam atingido esse grau de desenvolvimento se tivessem adotado as instituições e políticas que tanto recomendam que as nações periféricas adotem. Muitos dos países hoje desenvolvidos, fizeram uso de muitas políticas comerciais e industriais “ruins”, atualmente condenadas por eles próprios, para proteger sua indústria nascente e subsidiar exportações. Até o fim do século XIX e início do XX, esses países possuíam muito poucas das instituições que atualmente são consideradas tão essenciais para que os países de industrialização recente se desenvolvam, não se utilizando inclusive de bancos centrais e responsabilidade limitada, instituições essas, pode-se dizer, básicas ao livre comércio.

Os economistas que, frequentemente defendem o livre comércio afirmam que a não intervenção governamental favoreceria uma maior produtividade do mercado, além de resultados mais eficientes e justos. Neste sentido, Chang (2013a), constata que, para esses economistas, os mercados seriam mais eficientes por permitir com que as pessoas usem seu próprio conhecimento sobre como utilizar da melhor forma possível os recursos que elas mesmas administram, e em consequente, seus resultados seriam mais justos devido ao fato de que o mercado competitivo naturalmente possibilita com que as pessoas sejam recompensadas de acordo com sua produtividade. Além disso, as empresas, por se encontrarem mais próximas ao mercado, também teriam maior discernimento em lidar com seus próprios negócios, dessa forma, dever-se-ia atribuir máxima liberdade possível aos mercados, pois estando livres para tomarem suas próprias decisões, tanto pessoas quanto empresas, seriam capazes de produzir máxima quantidade de riqueza, fato que beneficiaria toda a sociedade. Segundo esses economistas, a intervenção do Estado no mercado na maioria das vezes serviria apenas para limitar o propósito da criação de riqueza por razões igualitárias, que segundo os liberais, seriam desnecessárias e, mesmo quando essas limitações não acontecerem, a intervenção estatal não seria de grande utilidade, tendo em vista que não possuem meios ou conhecimento suficiente para aprimorar os resultados do mercado, além de o Estado não possuir capacidade suficiente para tomar boas decisões de negócios (CHANG, 2013a).

As políticas sugeridas pelos liberais, no entanto, alcançaram resultados totalmente opostos aos prometidos

Esqueça por um momento o colapso financeiro, que deixará uma ‘cicatriz’ no mundo durante várias décadas. Antes disso, e sem o conhecimento da maioria das pessoas, as estratégias de livre mercado haviam resultado em um crescimento mais lento, no aumento da desigualdade e em uma maior instabilidade na maioria dos países. Em muitas nações ricas, esses problemas foram disfarçados por uma grande expansão do crédito; desse modo, o fato de o salário nos Estados Unidos terem permanecido estagnados e as horas de trabalho aumentado a partir dos anos de 1970 foi conveniente-

mente obscurecido pelo inebriante *pot-pourri* do *boom* do consumo alimentado pelo crédito. Os problemas eram bastante sérios nos países ricos, mas foram ainda mais graves para o mundo em desenvolvimento. O padrão de vida na África subsaariana ficou estagnado nas últimas três décadas, enquanto o índice de crescimento per-capta na América Latina declinou dois terços nesse mesmo período. Algumas nações em desenvolvimento cresceram rápido (embora ao lado de um igual aumento rápido da desigualdade) nesse período, como a China e a Índia, mas esses foram precisamente os países que, embora particularmente liberalizantes, recusaram-se a introduzir uma política integral de livre mercado (CHANG, 2013a, p.15).

Pode-se verificar dessa forma, que os argumentos defendidos pelos políticos neoliberais na melhor das hipóteses poderiam ser considerados como parcialmente verdadeiros, e na pior das hipóteses, esses argumentos estavam totalmente errados.

List (1885 apud CHANG, 2004) argumenta que o livre-comércio pode ser benéfico apenas entre países com o mesmo nível de desenvolvimento, ou pelo menos semelhantes, mas pode trazer consequências problemáticas quando aplicado entre nações com níveis de desenvolvimento muito díspares. Segundo o autor

É um expediente muito comum e inteligente de quem chegou ao topo da magnitude *chutar a escada* pela qual subiu a fim de impedir os outros de fazerem o mesmo. Não é outro o segredo da doutrina cosmopolita de Adam Smith e das tendências cosmopolitas de seu grande contemporâneo William Pitt, assim como de todos os seus sucessores no governo britânico.

Qualquer nação que, valendo-se de taxas protecionistas e restrições à navegação tiver levado sua capacidade industrial e sua navegação a um grau de desenvolvimento que impeça as outras de concorrerem livremente com ela não pode fazer coisa mais sábia do que *chutar a escada* pela qual ascendeu à grandeza, pegar os benefícios do livre comércio e declarar, em tom penitente, que até recentemente vinha trilhando o caminho errado, mas acaba de descobrir a grande verdade (LIST apud CHANG, 2004, p.16-17).

Partilhando do conceito de List de “chutar a escada”, Chang (2004) argumenta que as atuais políticas ortodoxas se esforçam para evitar que os países de industrialização recente sigam o mesmo caminho que os países desenvolvidos trilharam para chegar a seu atual nível de desenvolvimento. Não exclusivamente por meio de proteção tarifária ou investimentos nas indústrias nascentes, os países desenvolvidos fizeram uso recorrente de mecanismos de fomento que foram a chave para o seu desenvolvimento (com raras exceções como pequenos países da fronteira tecnológica como Suíça e Holanda). Além disso, restrição ao uso desses mecanismos por parte das nações de industrialização recente, representa uma limitação severa à sua capacidade de desenvolvimento econômico.

Para expressar o protecionismo utilizado por países atualmente desenvolvidos em seu período de desenvolvimento, Chang (2004) utiliza o caso dos países do livre mercado, a Grã-Bretanha e os Estados Unidos da América. Durante o período pós-feudal britânico, o atraso econômico era evidente em todos os setores, sendo que até o ano de 1600 a Grã-Bretanha

importou todo tipo de tecnologia oriunda do Continente. À época, as exportações britânicas se limitavam à lã bruta e, em menor escala, ao tecido de lã de pouco valor agregado, com produção destinada aos Países Baixos que apresentavam um desempenho tecnológico e comercial mais avançado. Pouco tempo depois, devido a seu valor agregado um pouco mais vantajoso, o tecido de lã passou a receber incentivos à substituição das exportações em relação à lã bruta, o que favoreceu de alguma forma as exportações britânicas. No entanto, foi apenas durante o reinado de Eduardo III (1327-1377) que o incentivo ao desenvolvimento da manufatura nacional do tecido de lã ganhou verdadeiramente espaço na Grã-Bretanha. Buscando incentivar a indústria nacional, Eduardo III passou a vestir-se apenas com roupas feitas de tecido inglês, proibiu a importação de tecidos de lã originais de outros lugares, centralizou o comércio de lã bruta e implantou medidas para atrair tecelões de Flandres. A partir de então, muitas outras medidas foram adotadas para estimular o desenvolvimento da indústria nacional e proteger seus mercados internos: no ano de 1489, Henrique III inaugurou sua política de substituição de importações; durante o reinado de Elizabete I, a imigração de tecelões de Flandres foi muito estimulada (especialmente após a guerra de independência com a Espanha em 1567), houve incentivos a abertura de novos mercados, principalmente com um investimento maciço da Grã-Bretanha na obtenção da supremacia naval, que possibilitou a expansão de seus mercados comerciais através da colonização; utilizaram-se também mecanismos de proteção tarifária; políticas de fomento à indústria; medidas protecionistas; a implantação de diversas *CornLaws*; entre outras formas de proteção que foram sendo adotadas ao longo de séculos de história. Além disso, a supremacia tecnológica britânica favoreceu com o tempo, a instituição de um regime de livre comércio que, contraditoriamente, conquistou seu espaço mediante a utilização de altas e duradouras barreiras tarifárias (CHANG, 2004).

É igualmente importante observar que a generalizada liberalização da economia britânica, ocorrida na metade do século XIX, e da qual a liberalização do comércio não era mais do que uma parte foi altamente controlada e supervisionada pelo Estado, não resultou de uma atitude *laissez-faire* (CHANG, 2004, p.47).

Apesar de a Grã-Bretanha ser considerada o primeiro país a aplicar com sucesso os mecanismos de fomento à indústria nascente, o principal usuário deste modelo e a nação que deu origem e fundamentou o protecionismo moderno foram os Estados Unidos da América. Desde os tempos de sua colonização, o tema da proteção à indústria interna foi constantemente uma questão política controversa nos Estados Unidos, uma vez que a coroa britânica estava muito longe de querer estimular o desenvolvimento de indústrias nas colônias, encarregando-se inclusive, de implementar políticas que impedissem esse desenvolvimento. Na época da independência, os interesses dos estados do Sul, de característica agrária, eram opostos às medidas protecionistas, enquanto os estados do Norte manufatureiro eram favoráveis a essas medidas.

Nunca tiveram um regime de tarifa zero, como o Reino Unido, e eram muito mais agressivos no uso de medidas de protecionismo 'oculto'. Estas incluem os controles voluntários de exportação (CVEs), a imposição de cotas sobre têxteis e vestuário (por meio do *Multi-Fibre Agreement*), a proteção e os subsídios agrícolas (compare-se com revogação das *CornLaws* na Grã-Bretanha) e sanções comerciais unilaterais (principalmente por meio de tarifas antidumping) (CHANG, 2004, p.58).

Segundo Chang (2004), quando um país se adianta em relação aos outros, este naturalmente se sente estimulado a fazer uso de seu próprio poder político e econômico para se distanciar ainda mais de seus concorrentes. Exemplo disso são as próprias políticas adotadas pela Grã-Bretanha nos séculos XVII e XIX. O grande problema é que essas políticas ainda possuem paralelos com as políticas praticadas por países desenvolvidos em relação a seus análogos em desenvolvimento no mundo contemporâneo.

A mudança de postura política por parte dos países desenvolvidos de acordo com sua posição relativa no sistema internacional, em parte representa deliberadamente “chutar a escada”, por outro lado também pode ser argumentado como decorrente da tendência natural do ser humano de reinterpretar o passado partido da perspectiva do presente.

Quando estavam em situação de *catchin-up*, os [países atualmente desenvolvidos] protegem a indústria nascente, cooptavam mão-de-obra especializada e contrabandeavam máquinas dos países mais desenvolvidos, envolviam-se em espionagem industrial e violavam obstinadamente as patentes e marcas. Entretanto, mal ingressaram no clube dos mais desenvolvidos, puseram-se a advogar o livre-comércio e a proibir a circulação de trabalhadores qualificados e de tecnologia; também se tornaram grandes protetores das patentes e marcas registradas. Assim, parece que as raposas têm se transformado nas guardiãs do galinheiro com perturbadora regularidade (CHANG, 2004, p.114).

Além disso, Chang ainda reafirma sua posição contrária às políticas neoliberais impostas a países de industrialização recente ao afirmar que:

Ao contrário do que comumente se acredita, o desempenho dos países em desenvolvimento no período em que o estado dominou o desenvolvimento foi superior ao que eles alcançaram durante o período subsequente de reforma voltada para o mercado. Houve alguns fracassos grandiosos da intervenção estatal, mas quase todos esses países cresceram muito mais rápido, com uma distribuição de renda mais equitativa e com um número bem menor de crises financeiras, durante os ‘maus dias do passado’ do que o fizeram no período das reformas voltadas para o mercado. Além disso, [...] não é verdade que quase todos os países tenham ficado ricos por meio de políticas de livre mercado. A verdade é mais ou menos o oposto. Com apenas algumas exceções, todos os países ricos hoje, entre eles a Grã-Bretanha e os Estados Unidos – os supostos lares do livre comércio e do livre mercado – ficaram ricos por meio da combinação do protecionismo, subsídios e outras políticas que hoje eles aconselham os países em desenvolvimento a não adotar. As políticas de livre mercado tornaram poucos países ricos até agora e poucos ficarão ricos por causa dela no futuro (CHANG, 2013, p.100).

Diferentemente do que os neoliberais argumentam com afinco, para Chang (2013a) o livre comércio na realidade não existe, uma vez que o próprio mercado possui limitações e regras que restringem a liberdade de escolha tão preconizada pelos defensores do livre comércio. Para o autor, o que se tem é apenas uma impressão de que o mercado é livre devido à profunda inserção da sociedade neste pensamento e ao seu consequente condicionamento em aceitar as restrições do mercado sem ao menos percebê-las. O estabelecimento do nível de liberdade do mercado é uma definição meramente política, assim, o principal argumento dos economistas

que defendem o livre mercado de que seu objetivo é defender o mercado contra interferências de motivação política por parte do Estado é falacioso.

Além disso, para o autor, a discussão acerca de um comércio justo remete basicamente a valores morais e decisões políticas, e não necessariamente a decisões exclusivamente políticas como se tem feito habitualmente.

O DIÁLOGO ENTRE O PENSAMENTO DE CELSO FURTADO E HA-JOON CHANG EM TORNO DO DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO DE PAÍSES DE INDUSTRIALIZAÇÃO RECENTE E CONSIDERAÇÕES FINAIS

Ao estabelecer um paralelo entre o pensamento desses dois autores, encontramos muitos pontos de contato, com pode-se observar ao longo a exposição previamente desenvolvida. Neste sentido, esta seção tem por finalidade, justamente traçar com maior clareza os pontos de convergência entre Celso Furtado e Ha-Joon Chang.

Tanto Furtado quanto Chang utilizam o embasamento histórico para construir sua argumentação, apesar de oficialmente serem especialistas em economia. Para eles um ponto fica claro quando se fala em desenvolvimento e subdesenvolvimento: pensar essas estruturas sobre o ponto de vista de um sistema econômico desenvolvido por países ricos, não condiz com a realidade dos países de industrialização recente, de modo que terminam simplesmente por manter o estado de subdesenvolvimento desses países.

Para ambos autores, o subdesenvolvimento não consiste em uma fase pela qual todos os países ricos passaram e todos os países de industrialização recente têm de passar para alcançar o desenvolvimento. Chang argumenta que o subdesenvolvimento é, na verdade uma consequência do enriquecimento dos países desenvolvidos, uma espécie de efeito colateral que estes se preocupam em manter como forma de sustentar sua relação de dominação em relação aos países economicamente vulneráveis. Do ponto de vista de Furtado, o subdesenvolvimento é um processo histórico autônomo, como já mencionado, de modo que a receita de desenvolvimento divulgada por países desenvolvidos como sendo a adequada, não funciona para a periferia, sobre isso, Chang ainda argumentaria que nem mesmo os próprios países desenvolvidos, seguiram esse modelo neoliberal de desenvolvimento que tanto insistem para que os países de industrialização recente comprem.

Apesar de admitir o sistema capitalista como o melhor sistema econômico inventado pelo homem, Chang (2013b) ressalta que o capitalismo neoliberal praticado nos últimos trinta anos fracassou com seu propósito de promover crescimento e desenvolvimento econômico. O autor argumenta em sua obra *Chutando a Escada* (2003) que na verdade, o intuito da disseminação de políticas neoliberais entre países de industrialização recente tem por objetivo manter a relação de subordinação dos segundos em relação aos países desenvolvidos, assim como manter sua dependência econômica.

Chang e Furtado também convergem ao argumentarem que o poder desenvolvimentista está nas mãos do Estado e deve vir por meio da industrialização. Chang ainda reforça seu argumento ao dizer que o desenvolvimento pode ser alcançado mais rapidamente se conduzida pelo Estado, no entanto, para ele, a industrialização não deve ser voltada apenas para a satisfação das necessidades internas do país, mas deve-se preocupar

principalmente com a construção de uma indústria voltada para exportação.

A esse respeito, Chang cita um caso comparativo entre as economias brasileira e sul coreana durante a crise de 1930 e o que ficou conhecido no Brasil como “substituição de importações”. Isso porque na época a economia brasileira superava a sul coreana em tamanho e competitividade e o tamanho da dívida externa de ambos os países era semelhante. Para o autor, a Coreia do Sul conseguiu se desenvolver rapidamente neste período pois o Estado não se conformou e basear sua economia em *joint ventures* como a Ford e a Fiat, depois de iniciado o processo de substituição de importações, o Governo estabeleceu que as fábricas de automotores deveriam começar a produzir seus próprios modelos e aquelas que descumprissem o regulamento, teriam suas licenças canceladas. Isso fez com a Coreia do Sul passe a produzir seus próprios bens de consumo voltados para exportação, o que foi essencial para facilitar o financiamento de sua dívida externa (CHANG, 2013b).

Já no caso do Brasil, manteve-se a atuação de *joint ventures* e a participação do capital estrangeiro sem muito rigor e controle por parte do Estado, sendo que esta situação se propaga até nos dias atuais. O Governo brasileiro, segundo o autor, preocupou-se demais com o controle da inflação, negligenciando outras variáveis econômicas que são importantes para a manutenção da estabilidade macroeconômica como a estabilidade de produção, estabilidade dos empregos e a estabilidade financeira, o que mantém o país em uma situação de vulnerabilidade em relação a períodos de crise (CHANG, 2013b).

Resumidamente, o que justifica, segundo Chang, o crescimento econômico da Coreia do Sul e a estagnação da economia brasileira são o fato de que: 1) a Coreia do Sul conseguiu controlar mais rigorosamente os investimentos externos do que o Brasil; 2) não houve preocupação do Brasil em relação ao investimento em indústrias voltadas à exportação, enquanto essa foi uma das prioridades da Coreia do Sul. “Claro que no começo é melhor utilizar de tecnologias estrangeiras, mas alguma coisa deve mudar no meio do caminho. E o Brasil não fez isso”(CHANG, 2013b).

Essas observações de Chang (2013b), aliadas ao conceito teórico de desenvolvimento de Celso Furtado, nos fazem perceber que existem caminhos para se superar o subdesenvolvimento mesmo em um sistema econômico guiado por princípios neoliberais, no entanto, é preciso certa medida de protecionismo e a prática de um capitalismo industrial para que se alcance o nível de desenvolvimento desejado e, apenas depois disso, um capitalismo liberal será possível.

O diálogo entre Furtado e Chang é necessário no sentido de manter viva a discussão em torno da situação de subdesenvolvimento que países de industrialização recente muitas vezes se encontram, sem que muitas vezes possuam uma perspectiva de superação. É preciso teorias do subdesenvolvimento e desenvolvimento continuem sendo desenvolvidas a partir do ponto de vista da periferia, pois apenas assim serão encontradas soluções que correspondam à realidade desses países e não apenas se siga a cartilha que os países desenvolvidos distribuem com caminho “correto” para o desenvolvimento.

BIBLIOGRAFIA

- BIELSCHOWISLY, Ricardo. **Pensamento econômico brasileiro: o ciclo ideológico do desenvolvimentismo**. Rio de Janeiro: Contraponto, 2000.
- CELLI JUNIOR, Umberto. **Comércio de Serviços na OMC: liberalização, condições e desafios**. Curitiba: Juruá, 2009.
- CHANG, Ha-Joon **23 coisas que não nos contaram sobre o capitalismo**. Trad. DUARTE, C. G. – São Paulo: Cultrix, 2013a.
- _____. **Chutando a escada: A estratégia do desenvolvimento em perspectiva histórica**. Trad. ARAÚJO, L. A. O. – São Paulo: Editora Unesp, 2004.
- FURTADO, Celso. **Desenvolvimento e Subdesenvolvimento**. Rio de Janeiro: Fundo de Cultura, 1961.
- _____. **Formação econômica da América Latina**. 2.ed. Rio de Janeiro: Lia Editor, 1970.
- _____. **Formação econômica do Brasil**. 5.ed. Brasília: Ed. UnB, 1963.
- _____. **Teoria e política do desenvolvimento econômico**. 10. ed. rev. São Paulo: Paz e Terra, 2000.
- LIST, Friedrich. *The National System of Political Economy*. London: Longmans, Green and Company, 1885.
- MALLORQUIN, Carlos. Celso Furtado el hacedor del estructuralismo latinoamericano. In: CORSI, Francisco Luiz; CAMARGO, José Marangoni (org.). **Celso Furtado: os desafios do desenvolvimento**. São Paulo: Cultura Acadêmica; Marília: Oficina Universitária, 2010.
- _____. *La nación interrumpida: Celso Furtado*. In: CORSI, Francisco Luiz; CAMARGO, José Marangoni (org.). **Celso Furtado: os desafios do desenvolvimento**. São Paulo: Cultura Acadêmica; Marília: Oficina Universitária, 2010.
- MENDONÇA, Marina Gusmão. *A Formação intelectual de Celso Furtado*. In: CORSI, Francisco Luiz; CAMARGO, José Marangoni (org.). **Celso Furtado: os desafios do desenvolvimento**. São Paulo: Cultura Acadêmica; Marília: Oficina Universitária, 2010.
- OLIVEIRA, Francisco de. *A navegação venturosa: Ensaios sobre Celso Furtado*. São Paulo: Boitempo, 2003.
- SAES, Flávio Azevedo Marques de. *Subdesenvolvimento e desenvolvimento na obra de Celso Furtado*. In: CORSI, Francisco Luiz; CAMARGO, José Marangoni (org.). **Celso Furtado: os desafios do desenvolvimento**. São Paulo: Cultura Acadêmica; Marília: Oficina Universitária, 2010.
- SUZIGAN, Wilson. *Celso Furtado e o processo histórico de industrialização na América Latina*. In: CORSI, Francisco Luiz; CAMARGO, José Marangoni (org.). **Celso Furtado: os desafios do desenvolvimento**. São Paulo: Cultura Acadêmica; Marília: Oficina Universitária, 2010.
- VIEIRA, Rosângela de Lima. *A presença da história no pensamento de Celso Furtado*. In: CORSI, Francisco Luiz; CAMARGO, José Marangoni (org.). **Celso Furtado: os desafios do desenvolvimento**. São Paulo: Cultura Acadêmica; Marília: Oficina Universitária, 2010.

VÍDEO

- CHANG, H. J. **Economista sul-coreano, Ha-Joon Chang, avalia dos desafios do atual sistema capitalista**. Entrevista exibida pela Globo News. Publicado em: 04 nov. 2013b. Disponível em: https://www.youtube.com/watch?v=h50bS9vy_7s. Acesso em: 14 mar. 2017.

